



EDITAL SEI Nº 0140184/2015 - SAP.UPR

Joinville, 20 de julho de 2015.

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 197/2015

O Município de Joinville, com sede na Avenida Hermann August Lepper nº 10, Centro, Joinville/SC – CEP: 89.221-901, por intermédio da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento, inscrita no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10 e Coordenadoria da Área de Licitações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **CONVITE**, do tipo menor preço global, para **contratação de empresa para realizar a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres**, a ser regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes e condições a seguir:

1 – OBJETO

1.1 – A presente licitação tem como objeto a **contratação de empresa para realizar a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres**, de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Anexo V e nas condições previstas neste edital.

1.2 – O valor máximo admitido para a contratação é de R\$ 24.752,66 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e seis centavos), conforme disposto no Anexo I deste edital.

2 – DATAS, LOCAIS E HORÁRIOS

2.1 – Os envelopes com a documentação para habilitação e proposta comercial deverão ser entregues até **13h** do dia **28/07/2015**, na Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento, no endereço Avenida Hermann August Lepper nº. 10, Centro, Joinville/SC - CEP: 89.221-901.

2.2 – A abertura dos envelopes nº 01 (documentos para habilitação) será às **13h05min** do dia **28/07/2015**, no endereço mencionado acima.

3 – DOCUMENTAÇÃO DISPONÍVEL (anexos)

3.1 – Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste processo:

3.1.1 – **Anexo I** - Valor estimado/máximo;

3.1.2 – **Anexo II** - Modelo de Proposta de Preços;

3.1.3 – **Anexo III** - Minuta do contrato;

3.1.4 – **Anexo IV** - Declaração de que o proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

3.1.5 – **Anexo V** - Termo de Referência.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

4.1.1 – Os interessados em participar do certame deverão retirar o Convite na Secretaria de Administração e Planejamento - Unidade de Processos, Avenida Hermann August Lepper, 10, Centro, Joinville/SC, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 14:00, até 24 horas antes da apresentação das propostas.

4.2 – Não será admitida a participação de proponentes:

4.2.1 – Em consórcio;

4.2.2 – Cuja falência ou concordata tenham sido declaradas ou se encontrem em processo de recuperação judicial, extrajudicial sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.2.3 – Punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, inscritos ou não no Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

4.2.4 – Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL.

4.2.5 – Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante.

4.2.6 – Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto da licitação.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

5.1 – Os proponentes deverão entregar, até a data, hora e local mencionados no item “2” deste edital, 02 (dois) invólucros distintos e fechados, contendo o primeiro - Nº 01 - a “**documentos de habilitação**” e o segundo - Nº 02 - a “**proposta comercial**”.

5.1.1 – Nos invólucros deverá constar:

INVÓLUCRO Nº 01: LICITAÇÃO CONVITE Nº 197/2015

MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Objeto: Contratação de empresa para realizar a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: _____

INVÓLUCRO Nº 02: LICITAÇÃO CONVITE Nº 197/2015

MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Objeto: Contratação de empresa para realizar a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres.

PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: _____

5.2 – Não será concedida prorrogação de prazo para a apresentação dos documentos de habilitação e da proposta.

5.3 – Se no dia previsto para apresentação da documentação e sua abertura não houver expediente na Prefeitura Municipal de Joinville, a mesma será recebida e aberta no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, obedecendo ao horário definido no item 2 deste edital.

6 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

6.1 – Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do Convite, o proponente interessado ou seu representante deverá credenciar-se, e, no caso de representante, este deverá comprovar os necessários poderes para prática de todos os atos relativos ao certame.

6.1.1 – Para comprovar a condição de interessado ou a qualidade de representante do proponente, a pessoa entregará à Comissão de Licitação, **fora dos invólucros**, os seguintes documentos:

- a)** Cópia de documento de identidade de fé pública;
- b)** Se representante (preposto/procurador) procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado na licitação em todas as suas fases, e todos os demais atos, em nome do proponente e cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente do proponente;
- c)** Se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente do proponente.

6.1.2 – Os documentos devem ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório competente ou por funcionário da Unidade de Processos ou Unidade de Suprimentos do **MUNICÍPIO**, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.2 – Os proponentes deverão se fazer presentes na sessão pública do Convite, no horário fixado no preâmbulo deste Edital para o credenciamento;

6.3 – Somente a pessoa credenciada, que atenda às exigências do item 6.1, poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por proponente interessado.

6.4 – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste certame, sob pena de exclusão sumária de ambos licitantes representados.

7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Invólucro nº 01

7.1 – Os documentos de habilitação devem ser apresentados em uma via, preferencialmente numerados em sequência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal do proponente ou preposto.

7.2 – Os documentos devem ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório competente ou por funcionário da Unidade de Processos ou Unidade de Suprimentos do **MUNICÍPIO**, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.3 – Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal obtidos por meio da internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada.

7.4 – Deverão ser apresentadas certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativa.

7.5 – Os documentos para fins de habilitação a serem apresentados são:

- a)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, ou registro público de empresário individual e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, com a comprovação de publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das alterações, caso existam, e, no caso de sociedades civis, acompanhados de prova de diretoria em exercício, decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade exigir;
- b)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c)** prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação, ou declaração de que não recolhe tributos estaduais, sendo, portanto isenta da Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual;
- d)** prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- e)** Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- f)** Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;
- g)** Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;
- h)** Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- i)** Certificado de Regularidade do FGTS;
- j)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

k) Certidão negativa de falência ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor do foro ou cartório da sede do proponente;

l) Declaração de que o proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme anexo III do Edital;

m) Comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através da apresentação da Certidão Simplificada, atualizada no máximo 30 (trinta) dias, expedida pela Junta Comercial, para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/06;

n) Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, de serviço compatível com o objeto licitado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Para fins de comprovação o atestado deverá conter descritivo do(s) item(ns).

7.6 – Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para sua entrega. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de emissão.

7.7 – Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 7.5 deste edital, deverão constar o nome/razão social do licitante, o número no CNPJ e o respectivo endereço, observando que se o licitante for:

a) matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) matriz, sendo serviço realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização.

7.8 – As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e uma vez declarada vencedora do certame, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.8.1 – A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

8 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – Invólucro nº 02

8.1 – A proposta deverá ser em reais, redigida em idioma nacional, apresentada em original, rubricada em todas as suas páginas, datada e assinada por representante legal e técnico do proponente devidamente identificado, constando o valor unitário e total por item e global, sem cotações alternativas, emendas, entrelinhas ou rasuras, e ainda constar o endereço, telefone e e-mail do proponente.

8.2 – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas;

8.3 – Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante do proponente devidamente identificado.

8.4 – Na hipótese prevista no subitem 8.3, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Convite, à falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

8.5 – A proposta deverá conter:

a) identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes no Anexo I do presente edital, informando as características e quaisquer outros elementos referentes ao serviço cotado, de forma a permitir que a Comissão de Licitação possa facilmente constatar que as especificações no presente edital foram ou não atendidas.

b) o preço unitário e total global, expresso em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais;

c) o número do item ofertado que deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do Anexo I deste edital.

d) Declaração de que o preço compreende todos os serviços, materiais e encargos necessários à completa realização dos serviços e sua entrega rematada e perfeita em todos os pormenores mesmo que sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.

8.6 – Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

8.7 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros pertinentes à execução do(s) serviço(s), bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s).

8.8 – Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

9 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

9.1 – A abertura dos invólucros nº. 1 e 2 far-se-ão em sessão pública, na qual cada proponente poderá se fazer representar por seu dirigente ou pessoa devidamente credenciada por procuração com firma reconhecida. Nessa ocasião, todas as folhas constantes nos invólucros serão rubricadas pelos membros da Comissão e pelos representantes das proponentes presentes, que não o próprio. Após a abertura dos invólucros nº 01, os invólucros nº 02 ficarão em poder da Comissão devidamente rubricada no fecho.

9.2 – Após a entrega dos envelopes não serão admitidas alegações de erro de cotação dos preços ou nas demais cláusulas ofertadas bem como na documentação apresentada.

9.3 – Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pela Comissão e pelos proponentes presentes, devendo a toda e qualquer manifestação constar obrigatoriamente na mesma.

9.4 – O exame da documentação no invólucro nº 01 será realizado pela Comissão designada, resultando daí a habilitação ou inabilitação do proponente.

9.5 – A Comissão se reserva no direito de prorrogar a data de abertura das propostas caso o número de participantes seja elevado, quando julgar necessário para melhor análise dos documentos apresentados ou quando houver qualquer impugnação por parte dos interessados.

9.6 – Somente os concorrentes habilitados passarão para a fase de abertura das propostas, envelope nº 02. O proponente inabilitado receberá de volta seu envelope com a proposta, Invólucro nº 02, intacto, mediante recibo ou declaração constante na ata, desde que não haja recursos pendentes após sua denegação ou se houver desistência dos mesmos.

9.7 – Ordenadas, em ordem crescente, as ofertas de preços propostos, a Comissão verificará:

9.7.1 – Se há proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso em que, não sendo desta a melhor oferta, deverá se verificar o seguinte procedimento:

a) Havendo empate fictício, ou seja, se a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte é até 10% (dez por cento) superior a de menor preço, deverá ser assegurada a esta a apresentação de nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 1 (um) dia contado do encerramento da sessão de abertura das propostas ou publicação da classificação das propostas, quando esta não se realizar na própria sessão para cumprimento da Lei complementar nº 123/06.

b) Tal medida poderá ser dispensada em caso de renúncia expressa manifestada pela microempresa ou empresa de pequeno porte favorecida pelo empate fictício.

c) No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo de empate fictício, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

d) Não ocorrendo à contratação na forma da alínea anterior, serão convocados os remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate fictício, observada a ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

e) Na hipótese da não contratação na forma das alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.7.2 – A aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilhas de acompanhamento de preços do Órgão licitante, decidindo a respeito;

9.7.3 – O atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no Edital e seus anexos, bem como as demais condições estabelecidas.

9.8 – Abertas as propostas, estas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas providências posteriores ou prorrogações em relação às exigências e formalidades previstas neste edital. Também não será admitida desistência da proposta após a fase de habilitação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão.

9.9 – Em qualquer fase da licitação, é direito da Comissão realizar diligências visando esclarecer o processo e realizar tantas reuniões públicas quantas forem necessárias.

9.10 – Caso haja empate entre os concorrentes, que não se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, o desempate será feito mediante sorteio em ato público.

9.11 – Após a análise das propostas apresentadas, a Comissão declarará vencedor a proponente que, tendo atendido a todas as exigências do edital, apresentou o Menor Preço.

9.12 – Será desclassificada a proposta que apresentar valores unitários os totais superiores ao do valor estimado do presente edital

9.13 – No caso de todas os proponentes serem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 3 dias úteis para apresentação de nova documentação ou outras propostas escoimadas dos erros apresentados, de acordo com o art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93.

9.14 – É facultado à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

9.15 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

10 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 – Caberá a Comissão deliberar sobre a adjudicação do objeto ao vencedor da licitação, quando não houver recursos.

10.2 – Quando houver recursos, a adjudicação do objeto ao vencedor da licitação será realizada pela autoridade competente.

10.3 – A homologação será realizada pela autoridade competente.

11 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 – Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis e qualquer proponente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, impugnar o Edital, conforme previsto no art. 41 da Lei nº 8.666/93, e observados as formalidades constantes nos itens 11.3 à 11.5.

11.2 – As respostas às impugnações serão disponibilizados na forma do item 19.3.1 para conhecimento dos interessados, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas;

11.3 – Os recursos e contrarrazões deverão:

11.3.1 – Obedecer ao disposto no artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.3.2 – Ser encaminhados ao Secretário de Administração e Planejamento;

11.3.3 – Estar acompanhado da respectiva procuração, quando for o caso.

11.3.4 – Ser protocolados no protocolo Eletrônico da Secretaria de Administração e Planejamento – Unidade de Processos, situado à Avenida Hermann August Lepper, 10 – Centro – Joinville/SC – CEP: 89221-901, no horário das 8h às 14h, conforme Decreto nº 13.011/2006.

11.4 – Serão inadmitidos recursos enviados via fax e e-mail.

11.5 – Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

12 – DA CONTRATAÇÃO

12.1 – A contratação do licitante vencedor do presente Edital será representada pela expedição do Termo de Contrato.

12.2 – A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

12.3 – O prazo para assinatura do Termo de Contrato será de 05 dias úteis, após a convocação, que será realizada através de e-mail informado na proposta, conforme item 8.1 deste edital.

12.3.1 – Na oportunidade de assinatura do contrato o proponente deverá apresentar as certidões negativas de débitos atualizadas junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do proponente, **INSS** e **FGTS**, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

12.3.3 – Estar acompanhado da respectiva procuração, quando for o caso.

12.4 – É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, não apresentar situação de habilitação regular, dentro do prazo de validade de sua proposta, no prazo e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

12.5 – Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pelo Contratante ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito de vencedor, sujeitar-se-á às penalidades previstas neste Edital;

12.6 – A rescisão do Contrato poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.

12.7 – Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

12.8 – O vencedor deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

12.9 – Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

12.10 – O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre valor inicial do contratado corrigido, que se fizerem necessários, por conveniência da contratante, dentro do limite permitido pelo art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93.

13 – DOS PRAZOS DO CONTRATO

13.1 – O prazo de vigência contratual será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da assinatura do contrato.

13.2 – O evento ocorrerá nos dias **25/08/2015, das 17:30 às 22:00hrs e 26/08/2015, das 08:00 às 17:00hrs**, conforme Termo de Referência.

13.3 – A ordem de serviço será expedida pela Secretaria Gestora do contrato, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados a partir da data de assinatura do contrato e sua execução deverá ser na data solicitada pelo Município.

13.4 – Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, desta licitação correrão por conta do vencedor da licitação.

14 – DA GESTÃO DO CONTRATO

14.1 – A gestão do termo contratual será realizada pela Secretaria de Assistência Social sendo a mesma responsável pela emissão da Ordem de Serviços, fiscalização da execução e controle do contrato, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

15 – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

15.1 – O Gestor do Contrato exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a Contratada das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

15.2 – A fiscalização do Gestor do Contrato transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da execução.

16 – DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

16.1 – As despesas decorrente desta licitação correrão pela seguinte dotação orçamentária:

- **539/2015 - 17.41005.8.244.8.2.1246.0.339000**

17 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.2 – O **MUNICÍPIO** responsabilizar-se-á pelo pagamento das obras resultantes de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

17.3 – O pagamento será realizado somente após a comprovação de quitação mensal das obrigações trabalhistas e das relativas ao INSS e FGTS das obras e dos funcionários da Contratada envolvido na parcela das obras executadas, o que deverá se dar através da apresentação das guias respectivas;

17.4 – O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pelo vencedor neste processo licitatório, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

17.5 – O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal que deverá ser emitida em nome do Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho, acompanhado da liberação da

Secretaria requisitante e das negativas fiscais (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011) regularizadas.

17.6 – As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

17.7 – Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo.

17.8 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade, que deverá ocorrer sempre após a realização das medições pelo Gestor do Contrato.

18 – DAS PENALIDADES

18.1 – As penalidades que poderão ser cominadas à **CONTRATADA** são as previstas na Lei Federal nº 8.666/93, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

I – advertência;

II – multa, que será deduzida dos respectivos créditos ou garantia, podendo ainda ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia de atraso no cumprimento do cronograma físico-financeiro parte integrante da proposta contratada;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela inexecução sem justo motivo, por parte da contratada.

III – suspensão temporária de participação em licitação e **impedimento de contratar** com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

IV – declaração de inidoneidade quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do **MUNICÍPIO**. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado do Secretário Municipal de Administração, assegurando a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

18.2 – O montante de multas aplicadas à **CONTRATADA** não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do valor global do contrato. Caso aconteça, o **MUNICÍPIO** terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

18.3 – As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do **MUNICÍPIO** até o dia de pagamento que a **CONTRATADA** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

18.4 – Nas penalidades previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da **CONTRATADA**, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da **CONTRATADA**, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

18.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**.

18.6 – Nenhum pagamento será realizado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O presente edital e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.

19.2 – Para os casos omissos no presente edital, prevalecerão os termos da Lei nº 8.666/93 suas alterações posteriores e demais legislações em vigor.

19.3 – Os pedidos de informações que se fizerem necessários ao perfeito entendimento do presente Edital deverão ser protocolados no protocolo eletrônico da Secretaria de Administração – Unidade de Processos, situado à Avenida Hermann August Lepper, 10 – Centro – Joinville/SC – CEP: 89221-901, ou encaminhados pelo e-mail: suprimentos@joinville.sc.gov.br.

19.3.1 – Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente edital ficarão disponíveis para todos os interessados na **Unidade de Processos – UPR** e serão publicados no *site* www.joinville.sc.gov.br, link “Licitações”, no respectivo edital.

19.4 – Não será permitida a subcontratação do objeto deste Edital.

19.5 – Todas as publicações como alterações ou prorrogações do edital, resumo de atas de julgamento, etc., serão publicadas na forma da Lei.

19.6 – A Secretaria de Administração e Planejamento poderá revogar o presente edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.7 – O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

19.8 – Cópia deste Edital e seu(s) Anexo(s) poderão ser retirados na Unidade de Processos, Avenida Hermann August Lepper nº 10, Centro, Joinville/SC – CEP: 89.221-901, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 08h às 14h ou pelo *site* www.joinville.sc.gov.br, link “Licitações”.

19.9 – A Contratante não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

19.10 – Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital;

19.11 – A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos;

19.12 – Para dirimir questões decorrentes deste Edital fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

ANEXO I - VALOR MÁXIMO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	<p>901129 - Serviço de organização de eventos</p> <p>Profissional graduado em Psicologia, e/ou Pedagogia e/ou Serviço Social, com título de Doutor e/ou Mestre, com experiência comprovada, com habilidade e domínio sobre os temas a serem abordados, desenvoltura na exposição dos assuntos para os diversos públicos e domínio acerca das orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM para ministrar a palestra Magna da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres que tem como tema: "Mais direitos, participação e poder para as mulheres". Além do tema principal, o palestrante deverá abordar os 04 eixos temáticos: Eixo 1: Contribuição dos Conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades avanços e desafios; Eixo 2: Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios; Eixo 3: Sistema político com a participação das mulheres e igualdade: recomendações; e Eixo 4: Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações. A palestra será ministrada no dia 25 de agosto de 2015, com início às 19h30 e carga horária de, no máximo, duas horas. Estima-se um público de até 200 pessoas, sendo conselheiros, trabalhadores de instituições e membros da sociedade</p>	Serviço	1	3.266,67	3.266,67
2	<p>901129 - Serviço de organização de eventos</p> <p>Contratação de 8 oito Profissionais (intérpretes de libras), com experiência comprovada através da prestação de serviços em eventos anteriores e certificado de curso de Libras, respeitando os intervalos de descanso conforme legislação. Estes profissionais deverão estar a disposição durante a execução da Conferência da seguinte forma: Dia 25/08/15: Neste dia será necessário ter, no mínimo, dois profissionais intérpretes de libras junto à recepção da Conferência para auxiliar no credenciamento, quando solicitado, assim como na abertura da conferência, com duração máxima de trinta minutos, aprovação do regimento interno, com duração máxima de trinta minutos e palestra magna, com duração máxima de duas horas. Dia 26/08/15: Neste dia os profissionais contratados auxiliarão nas quatro oficinas que abordarão os 04 eixos citados no item 2.1.1, sendo necessária, no mínimo, a presença de dois intérpretes por oficina, fazendo a tradução dos assuntos abordados. As oficinas serão simultâneas e terão duração de no máximo 4 horas cada. Também auxiliarão na Plenária, Aprovação das Propostas, eleição dos delegados e entrega dos certificados que ocorrerão no período vespertino, com duração máxima de 3h30.</p>	Serviço	1	8.469,33	8.469,33
3	<p>901129 - Serviço de organização de eventos</p> <p>Um arranjo de flores para mesa/chão com 0,70m de altura x 1 m de comprimento , flores naturais (Estrelita e/ou Antúrio e/ou Flores do Campo)</p>	Serviço	1	316,67	316,67
4	<p>901129 - Serviço de organização de eventos</p> <p>Passagens aéreas, hospedagem, alimentação e traslados que se fizerem necessários para os profissionais constados no item 2.1 deste Termo de Referência.</p>	Serviço	1	1.700,00	1.700,00
5	<p>901129 - Serviço de organização de eventos</p> <p>200 Lanches para serem servidos na data de 25/8/2015 às 17h30min Cardápio 1 - (por pessoa): 1 pedaço de bolo (50g) ou mini sonho 1 pão de queijo 1 pastel assado de frango (médio) 1 sanduíche de ricota com vegetais (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 sanduíche de ricota com vegetais (pão sem glúten) (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) Café sem açúcar (60 ml) Leite (40 ml) Chá de erva cidreira sem açúcar (80ml) Suco natural sem açúcar (100 ml) Complementos: Sache de açúcar Adoçante Guardanapos Pазinha haste longa para o café Copos para café Copos para suco Será da responsabilidade da empresa contratada fornecer mesas e toalhas brancas, em quantidade suficiente, onde será servido o lanche, cumprindo o horário estabelecido.</p>	Serviço	1	3.533,33	3.533,33
	<p>901129 - Serviço de organização de eventos</p> <p>200 Lanches para serem servidos na data de 26/8/2015 às 9h30min Cardápio 2 - (por pessoa): Suco natural sem açúcar (200 ml) Café sem açúcar - (80ml) Leite (40ml) Chá de erva cidreira (50ml) 1 pastel de carne assado (médio) 1 Sanduíches de pão integral com presunto e queijo (Cada</p>				

6	unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 Sanduíches de pão sem glúten com verdura e ricota (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 fatia de cuca de frutas variadas (50g) Salada de fruta em pote com tampa (100g) Complementos: Sache de açúcar Adoçante Guardanapos Pazinha haste longa para o café Copos para café Copos para suco Colheres descartáveis em quantidade suficiente para o consumo individual das saladas de fruta. Será da responsabilidade da empresa contratada fornecer mesas e toalhas brancas, em quantidade suficiente, onde será servido o lanche, cumprindo o horário estabelecido.	Serviço	1	3.733,33	3.733,33
7	901129 - Serviço de organização de eventos 200 Lanches para serem servidos na data de 26/8/2015 às 15h15min Cardápio 2 - (por pessoa): Suco natural sem açúcar (200 ml) Café sem açúcar – (80ml) Leite (40ml) Chá de erva cidreira (50ml) 1 pastel de carne assado (médio) 1 Sanduíches de pão integral com presunto e queijo (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 Sanduíches de pão sem glúten com verdura e ricota (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 fatia de cuca de frutas variadas (50g) Salada de fruta em pote com tampa (100g) Complementos: Sache de açúcar Adoçante Guardanapos Pazinha haste longa para o café Copos para café Copos para suco Colheres descartáveis em quantidade suficiente para o consumo individual das saladas de fruta. Será da responsabilidade da empresa contratada fornecer mesas e toalhas brancas, em quantidade suficiente, onde será servido o lanche, cumprindo o horário estabelecido.	Serviço	1	3.733,33	3.733,33
Total Geral					24.752,66

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta de Preços

À Secretaria de Administração e Planejamento

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	901129 - Serviço de organização de eventos Profissional graduado em Psicologia, e/ou Pedagogia e/ou Serviço Social, com título de Doutor e/ou Mestre, com experiência comprovada, com habilidade e domínio sobre os temas a serem abordados, desenvoltura na exposição dos assuntos para os diversos públicos e domínio acerca das orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM para ministrar a palestra Magna da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres que tem como tema: "Mais direitos, participação e poder para as mulheres". Além do tema principal, o palestrante deverá abordar os 04 eixos temáticos: Eixo 1: Contribuição dos Conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades avanços e desafios; Eixo 2: Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios; Eixo 3: Sistema político com a participação das mulheres e igualdade: recomendações; e Eixo 4: Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações. A palestra será ministrada no dia 25 de agosto de 2015, com início às 19h30 e carga horária de, no máximo, duas horas. Estima-se um público de até 200 pessoas, sendo conselheiros, trabalhadores de instituições e membros da sociedade	Serviço	1		
2	901129 - Serviço de organização de eventos Contratação de 8 oito Profissionais (intérpretes de libras), com experiência comprovada através da prestação de serviços em eventos anteriores e certificado de curso de Libras, respeitando os intervalos de descanso conforme legislação. Estes profissionais deverão estar a disposição durante a execução da Conferência da seguinte forma: Dia 25/08/15: Neste dia será necessário ter, no mínimo, dois profissionais intérpretes de libras junto à recepção da Conferência para auxiliar no credenciamento, quando solicitado, assim como na abertura da conferência, com duração máxima de trinta minutos, aprovação do regimento interno, com duração máxima de trinta minutos e palestra magna, com duração máxima de duas horas. Dia 26/08/15: Neste dia os profissionais contratados auxiliarão nas quatro oficinas que abordarão os 04 eixos citados no item 2.1.1, sendo necessária, no mínimo, a presença de dois intérpretes por oficina, fazendo a tradução dos assuntos abordados.	Serviço	1		

	As oficinas serão simultâneas e terão duração de no máximo 4 horas cada. Também auxiliarão na Plenária, Aprovação das Propostas, eleição dos delegados e entrega dos certificados que ocorrerão no período vespertino, com duração máxima de 3h30.				
3	901129 - Serviço de organização de eventos Um arranjo de flores para mesa /chão com 0,70m de altura x 1 m de comprimento , flores naturais (Estrelítia e/ou Antúrio e/ou Flores do Campo)	Serviço	1		
4	901129 - Serviço de organização de eventos Passagens aéreas, hospedagem, alimentação e traslados que se fizerem necessários para os profissionais constados no item 2.1 deste Termo de Referência.	Serviço	1		
5	901129 - Serviço de organização de eventos 200 Lanches para serem servidos na data de 25/8/2015 às 17h30min Cardápio 1 - (por pessoa):1 pedaço de bolo (50g) ou mini sonho 1 pão de queijo 1 pastel assado de frango (médio) 1 sanduíche de ricota com vegetais (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 sanduíche de ricota com vegetais (pão sem glúten) (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) Café sem açúcar (60 ml) Leite (40 ml) Chá de erva cidreira sem açúcar (80ml) Suco natural sem açúcar (100 ml)Complementos: Sache de açúcar Adoçante Guardanapos Pazinha haste longa para o café Copos para café Copos para suco Será da responsabilidade da empresa contratada fornecer mesas e toalhas brancas, em quantidade suficiente, onde será servido o lanche, cumprindo o horário estabelecido.	Serviço	1		
6	901129 - Serviço de organização de eventos 200 Lanches para serem servidos na data de 26/8/2015 às 9h30min Cardápio 2 - (por pessoa): Suco natural sem açúcar (200 ml) Café sem açúcar – (80ml) Leite (40ml) Chá de erva cidreira (50ml) 1 pastel de carne assado (médio) 1 Sanduíches de pão integral com presunto e queijo (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 Sanduíches de pão sem glúten com verdura e ricota (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 fatia de cuca de frutas variadas (50g) Salada de fruta em pote com tampa (100g) Complementos: Sache de açúcar Adoçante Guardanapos Pazinha haste longa para o café Copos para café Copos para suco Colheres descartáveis em quantidade suficiente para o consumo individual das saladas de fruta. Será da responsabilidade da empresa contratada fornecer mesas e toalhas brancas, em quantidade suficiente, onde será servido o lanche, cumprindo o horário estabelecido.	Serviço	1		
7	901129 - Serviço de organização de eventos 200 Lanches para serem servidos na data de 26/8/2015 às 15h15min Cardápio 2 - (por pessoa): Suco natural sem açúcar (200 ml) Café sem açúcar – (80ml) Leite (40ml) Chá de erva cidreira (50ml) 1 pastel de carne assado (médio) 1 Sanduíches de pão integral com presunto e queijo (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 Sanduíches de pão sem glúten com verdura e ricota (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 fatia de cuca de frutas variadas (50g) Salada de fruta em pote com tampa (100g) Complementos: Sache de açúcar Adoçante Guardanapos Pazinha haste longa para o café Copos para café Copos para suco Colheres descartáveis em quantidade suficiente para o consumo individual das saladas de fruta. Será da responsabilidade da empresa contratada fornecer mesas e toalhas brancas, em quantidade suficiente, onde será servido o lanche, cumprindo o horário estabelecido.	Serviço	1		
Total Geral					

Validade da Proposta:

Dados do licitante:

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: ()

Fax: ()

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante:

Fone: ()

Fax: ()

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Local e data: Assinatura/Carimbo

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO n° ____/2015

Termo de Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE JOINVILLE – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS**, inscrito no C.N.P.J. n° 08.184.785/0001-01, ora em diante denominado **MUNICÍPIO** e a empresa -----, inscrita no C.N.P.J. n° xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA**, para a **contratação de empresa para realizar a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres**, na forma do edital de Convite n° 197/2015 e em conformidade com a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Aos xx dias de ----- de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Joinville, presente o Sr. Bráulio da Rocha Barbosa, CPF n°. XXXXXXXXXX, Secretário de Assistência Social, compareceu o Sr. -----, CPF n° xxx.xxx.xxx-xx, (cargo), para como seu representante legal, firmar com o MUNICÍPIO o presente Contrato, pelo qual se obriga a prestar os serviços constantes no objeto do contrato, na forma e condições estabelecidas no Edital de Convite 197/2015, a proposta da contratada e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1 – Este contrato tem por objeto a **contratação de empresa para realizar a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres**.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO

2.1 – A execução do presente contrato será pelo regime de **execução indireta de empreitada por preço unitário**.

2.2 – A gestão do termo contratual será realizada pela Secretaria de Assistência Social, sendo a mesma responsável pela emissão da Ordem de Serviços, fiscalização da execução e controle do contrato, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei n° 8.666/93.

2.3 – Este contrato fica vinculado ao edital de Convite n° 197/2015 e à proposta da contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 – O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xxx.xxx,xx (xxxxxxxxxxx reais).

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 – O **MUNICÍPIO** responsabilizar-se-á pelo pagamento dos serviços resultantes de modificações sempre que devidamente autorizada pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, §1º, da Lei n° 8.666/93.

4.2 – O pagamento será realizado somente após a comprovação de quitação mensal das obrigações trabalhistas e das relativas ao INSS e FGTS dos serviços e dos funcionários da **CONTRATADA** envolvidos na parcela dos serviços executados, o que deverá se dar através da apresentação das guias respectivas;

4.3 – Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias após a apresentação das notas fiscais na Unidade de Contabilidade Geral/Secretaria da Fazenda, que deverá ocorrer sempre após a realização das medições pelo **MUNICÍPIO**.

4.3.1 – As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

4.4 – Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – O prazo de vigência contratual será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2 – O evento ocorrerá nos dias **25/08/2015, das 17:30 às 22:00hrs e 26/08/2015, das 08:00 às 17:00hrs**, conforme Termo de Referência.

5.3 – A ordem de serviço será expedida pela Secretaria Gestora do contrato, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados a partir da data de assinatura do contrato e sua execução deverá ser na data solicitada pelo Município.

5.4 – Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, desta licitação correrão por conta do vencedor da licitação.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

6.1 – As despesas decorrentes desta licitação serão cobertas por meio do seguinte recurso:

- **539/2015 - 17.41005.8.244.8.2.1246.0.339000**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1** – O **MUNICÍPIO** nomeará o fiscal deste contrato através de Portaria devidamente publicada.
- 7.2** – O **MUNICÍPIO/FISCAL** exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.
- 7.3** – A fiscalização do **MUNICÍPIO/FISCAL** transmitirá por escrito às instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

- 8.1** – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato;
- 8.2** – Determinar quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público;
- 8.3** – Exigir a qualquer tempo, substituição de componentes da equipe técnica e demais colaboradores do contratado, com o escopo de tutelar o interesse público;
- 8.4** – Intervir na prestação do serviço nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público;
- 8.5** – Nomear comissão ou designar servidor para promover a fiscalização nos termos do prescrito no artigo 67 da Lei nº 8.666/93;
- 8.6** – Expedir determinações ao contratado para que corrija eventuais defeitos e problemas constatados, bem como os atrasos no cronograma de execução;
- 8.7** – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela **CONTRATADA**;
- 8.8** – Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste contrato;
- 8.9** – Conferir, vistoriar e aprovar os serviços entregues pela **CONTRATADA**;
- 8.10** – Proceder às medições parciais e final para o pagamento ou avaliar as medições e faturas apresentadas pela **CONTRATADA**;
- 8.11** – Elaborar Termo de Recebimento Provisório, quando for o caso, e o Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 9.1** – A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- 9.2** – Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato, do edital e demais documentos técnicos fornecidos;
- 9.3** – Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros;
- 9.4** – Deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à perfeita realização do objeto contratado, executando-o em perfeitas condições e de acordo com a fiscalização do **MUNICÍPIO**;
- 9.5** – Executar os serviços de acordo com o estabelecido no anexo IV do presente edital;
- 9.6** – Contratar o pessoal, fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual, conforme estabelece a Portaria Ministerial nº 3.214 e anexos aplicando a legislação em vigor referente à segurança, higiene e medicina do trabalho;
- 9.7** – Dispor de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- 9.8** – Responder por todas as despesas decorrentes dos serviços que envolvam quaisquer prestadores de serviços públicos, que porventura sejam necessários à execução dos serviços;
- 9.9** – Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.10** – A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 71, da Lei nº 8.666/93;
- 9.11** – A **CONTRATADA** deve manter preposto, aceito pela Administração, no local, para representá-lo na execução do contrato, nos termos do art. 68, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1** – As penalidades que poderão ser cominadas à **CONTRATADA** são as previstas na Lei Federal nº 8.666/93.
- 10.2** – Penalidades que poderão ser cominadas aos licitantes, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- I – advertência;**
- II – multa**, que será deduzida dos respectivos créditos ou garantia, podendo ainda ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:
- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia de atraso no cumprimento do cronograma-físico financeiro parte integrante da proposta contratada;
- b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela inexecução sem justo motivo, por parte da contratada.
- III - suspensão temporária** de participação e licitação e **impedimento de contratar** com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- IV – declaração de inidoneidade** quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do **MUNICÍPIO**. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado do Secretário Municipal de

Administração, assegurando a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

10.3 – O montante de multas aplicadas à **CONTRATADA** não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do contrato. Caso aconteça, o **MUNICÍPIO** terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

10.4 – As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do **MUNICÍPIO** até o dia de pagamento que a **CONTRATADA** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

10.5 – Nas penalidades previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da **CONTRATADA**, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

10.6 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**.

10.7 – Nenhum pagamento será realizado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 – A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- b) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas na cláusula nona;
- c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- d) constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- e) em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;
- f) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as conseqüências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- g) ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93 e previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

11.2 – Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do **MUNICÍPIO**, a rescisão importará em suspensão do direito de licitar ou declaração de inidoneidade, na forma dos incisos III e IV, da cláusula 10.2.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1 – Nos termos do previsto no artigo 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93 aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 8.666/93;
- b) Código de Defesa do Consumidor;
- c) Código Civil;
- d) Código Penal;
- e) Código Processo Civil;
- f) Código Processo Penal;
- g) Legislação trabalhista e previdenciária;
- h) Estatuto da Criança e do Adolescente; e
- i) Demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 – Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro e por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma para todos os efeitos.

Joinville, xx de xxxxxxxx de 2015.

Município de Joinville

Bráulio da Rocha Barbosa

Secretário de Assistência Social/ Gestor do Fundo de Assistência Social

(contratada)
(representante)
(cargo/função)

ANEXO IV - Declaração

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura

Razão Social da empresa

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI N° 0122407/2015 - SAS.UAC

I-Objeto para a contratação:

Contratação de Empresa para realizar a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, nos dias 25 e 26 de Agosto de 2015.

II-Descrição dos Serviços:

Organização e execução de capacitação e controle social conforme a especificação, descrição dos serviços a serem executados e das metodologias de trabalho.

2.1 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTE
2.1.1	<p>Profissional graduado em Psicologia, e/ou Pedagogia e/ou Serviço Social, com título de Doutor e/ou Mestre, com experiência comprovada, com habilidade e domínio sobre os temas a serem abordados, desenvoltura na exposição dos assuntos para os diversos públicos e domínio acerca das orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM para ministrar a palestra Magna da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres que tem como tema: "Mais direitos, participação e poder para as mulheres". Além do tema principal, o palestrante deverá abordar os 04 eixos temáticos:</p> <p>Eixo 1: Contribuição dos Conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades avanços e desafios;</p> <p>Eixo 2: Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios;</p> <p>Eixo 3: Sistema político com a participação das mulheres e igualdade: recomendações; e</p> <p>Eixo 4: Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.</p> <p>A palestra será ministrada no dia 25 de agosto de 2015, com início às 19h30 e carga horária de, no máximo, duas horas. Estima-se um público de até 200 pessoas, sendo conselheiros, trabalhadores de instituições e membros da sociedade.</p>	01
2.1.2	<p>Contratação de Profissionais (intérpretes de libras), com experiência comprovada através da prestação de serviços em eventos anteriores e certificado de curso de Libras, respeitando os intervalos de descanso conforme legislação.</p> <p>Estes profissionais deverão estar a disposição durante a execução da Conferência da seguinte forma:</p> <p>Dia 25/08/15: Neste dia será necessário ter, no mínimo, dois profissionais intérpretes de libras junto à recepção da Conferência para auxiliar no credenciamento, quando solicitado, assim como na abertura da conferência, com duração máxima de trinta minutos, aprovação do regimento interno, com duração máxima de trinta minutos e palestra magna, com duração máxima de duas horas.</p> <p>Dia 26/08/15: Neste dia os profissionais contratados auxiliarão nas quatro oficinas que abordarão os 04 eixos citados no item 2.1.1, sendo necessária, no mínimo, a presença de dois intérpretes por oficina, fazendo a tradução dos assuntos abordados. As oficinas serão simultâneas e terão duração de no máximo 4 horas cada. Também auxiliarão na Plenária, Aprovação das Propostas, eleição dos delegados e entrega dos certificados que ocorrerão no período vespertino, com duração máxima de 3h30.</p>	08

2.2 OUTROS SERVIÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTE
2.2.1	Um arranjo de flores para mesa /chão com 0,70m de altura x 1 m de comprimento , flores naturais (Estrelítia e/ou Antúrio e/ou Flores do Campo)	01

2.2.2 - Passagens aéreas, hospedagem, alimentação e traslados que se fizerem necessários para os profissionais constados no item 2.1 deste Termo de Referência.

2.3 ALIMENTAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTE
2.3.1	<p>Lanche para ser servido na data de 25/8/2015 às 17h30min</p> <p>Cardápio 1 - (por pessoa):</p> <p>1 pedaço de bolo (50g) ou mini sonho 1 pão de queijo 1 pastel assado de frango (médio) 1 sanduíche de ricota com vegetais (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 sanduíche de ricota com vegetais (pão sem glúten) (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) Café sem açúcar (60 ml) Leite (40 ml) Chá de erva cidreira sem açúcar (80ml) Suco natural sem açúcar (100 ml)</p> <p>Complementos: Sache de açúcar Adoçante Guardanapos Pazinha haste longa para o café Copos para café Copos para suco</p> <p>Será da responsabilidade da empresa contratada fornecer mesas e toalhas brancas, em quantidade suficiente, onde será servido o lanche, cumprindo o horário estabelecido.</p>	200
2.3.2	<p>Lanche para ser servido na data de 26/8/2015 às 9h30min</p> <p>Cardápio 2 - (por pessoa):</p> <p>Suco natural sem açúcar (200 ml) Café sem açúcar – (80ml) Leite (40ml)</p> <p>Chá de erva cidreira (50ml) 1 pastel de carne assado (médio) 1 Sanduíches de pão integral com presunto e queijo (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 Sanduíches de pão sem glúten com verdura e ricota (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 fatia de cuca de frutas variadas (50g) Salada de fruta em pote com tampa (100g)</p> <p>Complementos: Sache de açúcar Adoçante Guardanapos Pazinha haste longa para o café Copos para café Copos para suco</p> <p>Colheres descartáveis em quantidade suficiente para o consumo individual das saladas de fruta.</p> <p>Será da responsabilidade da empresa contratada fornecer mesas e toalhas brancas, em quantidade suficiente, onde será servido o lanche, cumprindo o horário estabelecido.</p>	200
2.3.3	<p>Lanche para ser servido na data de 26/8/2015 às 15h15min</p> <p>Cardápio 2 - (por pessoa):</p> <p>Suco natural sem açúcar (200 ml) Café sem açúcar – (80ml) Leite (40ml)</p> <p>Chá de erva cidreira (50ml) 1 pastel de carne assado (médio) 1 Sanduíches de pão integral com presunto e queijo (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 Sanduíches de pão sem glúten com verdura e ricota (Cada unidade corresponde a uma fatia de pão de forma cortada ao meio e dobrada) 1 fatia de cuca de frutas variadas (50g) Salada de fruta em pote com tampa (100g)</p> <p>Complementos: Sache de açúcar Adoçante</p>	200

Guardanapos
 Pazineha haste longa para o café
 Copos para café
 Copos para suco
 Colheres descartáveis em quantidade suficiente para o consumo individual das saladas de fruta.
 Será da responsabilidade da empresa contratada fornecer mesas e toalhas brancas, em quantidade suficiente, onde será servido o lanche, cumprindo o horário estabelecido.

III-Equipe Mínima:

De acordo com a especificação do item 2.1

IV-Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

Dia: 25/8/15 das 17h30 às 21h30.

Dia: 26/8/15 das 8h às 17h.

V-Resultados (produtos) da Execução dos serviços:

II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres.

VI-Cronograma de execução dos serviços:

Etapa	Cronograma de Execução	Obs.
Etapa 1 Inscrições e credenciamento	05 de agosto de 2015 a 25 de agosto de 2015	Esta etapa é de responsabilidade da Contratante e será feito por meio eletrônico para as inscrições antecipadas e manual para as inscrições realizadas no 1º dia do evento (25/08/2015).
Etapa 2 Palestra magna.	dia 25 do mês de agosto de 2015 das 19h30 às 21h30	Conforme item 2.1.1
Etapa 3 Contratação de interpretes de libras para cobrir o evento.	Dia 25 de agosto de 2015 das 17h30 às 21:30 Dia 26 de agosto de 2015 das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.	Conforme item 2.1.2
Etapa 4 Arranjo de flores constando no item 2.2.2	Dia 25 de agosto de 2015 - entregar às 17h30	Conforme item 2.2.1
Etapa 5 Lanches constados nos itens 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3	Dias 25 e 26/8	Entrega de acordo com os itens 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3

VII-Local de execução dos serviços:

Faculdade Anhanguera - Rua: Campo Salles, 850 Bairro: Glória - 89217-100 - Joinville

VIII-Dotação Orçamentária:

Serão utilizados recursos do município de Joinville do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS Unidade Orçamentária Fundo Municipal Especial dos Direitos da Mulher - FUMEDM de acordo com dotação orçamentária:

a) 41.05.08.244.08.2.001246.3.3.90 - Fonte 100 Código Reduzido 539.

IX-Gestor do Contrato:

Conforme art. 67 da Lei 8.666/93, A gestão do contrato será feita pela Secretaria de Assistência Social, através de servidores designados por portaria para fiscalizar a execução do contrato.

X-Obrigações da Contratada específicas do objeto:

1- Fornecer integralmente os serviços e materiais descritos nas especificações contidas nos itens 2.1, 2.2 e 2.3 deste documento, assim como cumprir os prazos de execução;

2 - A contratada deverá apresentar documentação comprobatória ao CMDM quanto à adequação às exigências dos currículos e experiência na área dos profissionais descritos nos itens 2.1 no prazo de 10 dias antes do evento;

3 - Cumprir e fazer cumprir leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste Contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou conveniados;

4 - Cumprir com todos os encargos e obrigações previstos na legislação social e trabalhista em vigor;

5 - Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CMDM ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente;

6 - Responsabilizar-se pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens aos seus empregados, pelo recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que aqueles possam ser vítimas, quando em serviço. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere ao CMDM a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato a ser firmado;

7 - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em especial as relacionadas à regularidade fiscal (certidões municipal, estadual, federal, FGTS, INSS);

8 - Caberá a CONTRATADA responsabilizar-se pelo deslocamento, traslado, alimentação,

hospedagens e eventuais despesas com os profissionais contratados;

9 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

XI-Obrigações da Contratante específicas do objeto:

1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA até 30 (trinta) dias após a efetiva prestação do serviço, recebimento e validação da nota fiscal, através da Contabilidade da Prefeitura.
2. Acompanhar o objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e/ou Penal;
3. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
4. Assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços de igual objeto do instrumento contratual, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos;
5. Aplicar as sanções administrativas quando se fizerem necessárias;
6. Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade verificada no atendimento dos serviços.
7. Divulgação do evento por meio virtual e impresso;
8. Disponibilizar local para execução do evento;
9. Disponibilizar material didático;
10. Disponibilizar meio para inscrição no evento;
11. Disponibilizar profissionais para ministrar as oficinas;
12. Disponibilizar material de som e informática.

XII-Condições Gerais (se houver):

É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que venham a ser verificadas na proposta.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA CIVINSKI NOBRE**, **Diretor (a) Executivo (a)**, em 20/07/2015, às 12:16, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL ANGELO BERTOLINI**, **Secretário (a)**, em 20/07/2015, às 14:50, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0140184** e o código CRC **4F7995DF**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-901 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

15.0.008325-6

0140184v5

Criado por **u36943**, versão 5 por **u38158** em 20/07/2015 11:35:03.